

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SIMONE MENDES DA SILVA

**TERRITÓRIOS INDÍGENAS E GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL:
PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E CONTRACOLONIAIS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

UBERLÂNDIA

2026

SIMONE MENDES DA SILVA

**TERRITÓRIOS INDÍGENAS E GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL:
PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E CONTRACOLONIAIS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jéssica Silva Fernandes

UBERLÂNDIA

2026

SIMONE MENDES DA SILVA

**TERRITÓRIOS INDÍGENAS E GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL:
PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E CONTRACOLONIAIS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jéssica Silva Fernandes

Uberlândia, 31 de julho de 2026

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Jéssica Silva Fernandes (UFU)

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU)

Profa. Dra. Patrícia Emanuelle Nascimento (UFU)

Dedico este trabalho

Ao meu farol, exemplo, ouvido atento e olhar acolhedor.

À pessoa mais forte e, surpreendentemente, mais sensível; ao mais severo consigo e mais amável com o outro; ao mais lúcido e, contraditoriamente, mais utópico.

Pensando bem, sua luz precisava elevar-se: você merecia tocar o céu, até seus olhos se confundirem com o infinito.

Te amo para sempre, pai!

Agradecimentos

Aos meus pais, Edésio e Marilúcia que, na ausência do estudo formal, preencheram corpos e almas com a mais genuína sabedoria da vida cotidiana e criaram filhas feministas, com consciência de classe, senso crítico e uma irremediável inclinação à esquerda. A vida partilhada com vocês é a riqueza mais valiosa que eu poderia desejar.

Às minhas irmãs Andréia e Clara Rita e aos sobrinhos Anna Lara, Miguel e Murilo, que são meu incentivo para seguir, acolhimento de braços abertos e mãos dadas desde sempre. E ao meu cunhado Serginho, que me incentivou a fazer uma nova graduação e auxiliou muito na idealização desse TCC.

À professora e orientadora Jéssica Fernandes, que abraçou ideias que provavelmente não encontrariam outra tutoria nas RI e que, sem ela, estariam fadadas ao esquecimento e à mudança de rota. Para além da colaboração acadêmica, agradeço pelo incentivo, pela paciência e pela compreensão quando motivos inesperados quase me fizeram desistir de tudo.

Aos demais mestres dos cursos de Relações Internacionais, de História e de Antropologia da Universidade Federal de Uberlândia, aqui muito bem representados pelos professores Áureo Toledo e Patrícia Nascimento. Confesso que a escolha de ambos partiu do interesse de colher valiosas contribuições para este meu trabalho. Mas não ousou negar que o convite também nasceu de um lugar de admiração e gratidão, despertado pelas aulas hipnotizantes sobre teorias decoloniais e história indígena — temas até então pouco conhecidos por mim e que agora mobilizam muito do meu interesse.

Aos amigos queridos Ana Flávia, Igor e Maria Fernanda, grandes parceiros nesta jornada acadêmica, que compartilharam comigo momentos de alegria, cansaço e até desespero, mas cujo companheirismo tornou tudo mais leve e divertido. Espero que essa amizade continue extrapolando os domínios do campus Santa Mônica e siga comigo vida afora.

Por fim, agradeço ao cosmos e aos deuses deste vasto mundo, que me permitiram arrebatar novos aprendizados e cruzaram minha trajetória com pessoas tão especiais que levarei para sempre no coração.

“Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece.”

(Antônio Bispo dos Santos)

TERRITÓRIOS INDÍGENAS E GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL: perspectivas decoloniais e contracoloniais nas Relações Internacionais

Linha de pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais

Simone Mendes da Silva¹

Resumo:

Diante do cenário contemporâneo de crise climática e civilizatória, a literatura institucional tradicional revela-se insuficiente ao enquadrar as áreas protegidas e as comunidades tradicionais sob métricas estritamente instrumentais de mitigação e adaptação. Para enfrentar essa **questão**, a investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico-interpretativo, fundamentada em uma perspectiva teórica decolonial e contracolonial. Como ancoragem empírica essencial para testar as premissas formuladas, estabelece-se um estudo de caso focado no Território Indígena do Xingu. Nesses termos, o presente projeto de pesquisa analisa de que maneira os territórios indígenas podem expandir a compreensão sobre a governança climática global, investigando os limites epistemológicos das Relações Internacionais para reconhecer os saberes originários como matrizes legítimas de pensamento sobre território, natureza e clima. Nesse sentido, a hipótese central sustenta que a contribuição dessas áreas para a estabilidade climática não decorre de metas burocráticas externas, mas sim da reprodução histórica de seus próprios modos de vida e práticas de manejo. Paralelamente, espera-se demonstrar, por meio dos aportes transdisciplinares da ecologia histórica, da arqueologia e da antropologia, que a milenar modelagem antrópica da paisagem amazônica desconstrói o mito ocidental da natureza intocada. A partir desse horizonte conceitual, projeta-se evidenciar que a governança internacional e o campo das Relações Internacionais operam sob a denominada "armadilha territorial", que absorve resultados ecológicos físicos silenciando as racionalidades subjacentes. Espera-se, portanto, que a pesquisa contribua para a superação desse ponto cego analítico mediante o reconhecimento do pluriverso e da confluência epistêmica, incorporando a autonomia intelectual indígena como fundamento necessário para renovar os marcos teóricos da disciplina.

Palavras-chave: Governança Climática Global; Territórios Indígenas; Relações Internacionais; Perspectivas Decoloniais.

¹ Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: mendes.sisi@gmail.com

Introdução e Justificativa do tema:

A consolidação da crise climática como uma das mais prementes questões políticas, econômicas, sociais e ambientais do século XXI tem mobilizado governos, organizações internacionais e comunidade científica. Esse esforço conjunto busca estratégias voltadas ao controle do aumento da temperatura média global e de seus impactos negativos sobre os sistemas naturais e humanos (IPCC, 2023). Nas últimas décadas, esse panorama estruturou a governança ambiental global por meio de conferências multilaterais, regimes internacionais e tratados que passaram a regular a cooperação em mitigação dos gases de efeito estufa, adaptação às alterações climáticas e conservação da biodiversidade (BIERMANN; PATTERBERG, 2008; VIOLA; FRANCHINI, 2018). Nesse cenário, os territórios indígenas ganharam protagonismo nos debates globais, impulsionados por evidências científicas que comprovam sua relevância para a conservação da cobertura florestal, da sociobiodiversidade e serviços ecossistêmicos vitais, como o sequestro de carbono e a regulação dos regimes hidrológicos (NEPSTAD et al., 2006; GARNETT et al., 2018; IPCC, 2023).

Essa centralidade dos povos indígenas, contudo, representa uma mudança recente na compreensão das inter-relações entre sociedade e natureza. Durante a maior parte do século XX, prevaleceu a interpretação de que a Amazônia constituía um ambiente prístino, pouco alterado até a chegada dos colonizadores europeus ao continente. Nas últimas décadas, essa perspectiva tradicional passou a ser profundamente contestada por estudos de ecologia histórica, arqueologia e antropologia, que revelam uma pegada antrópica milenar na formação da paisagem amazônica. Pesquisas demonstram que diferentes povos originários atuaram e seguem intervindo ativamente na modelagem da floresta, por meio do manejo da vegetação, da domesticação de espécies e da organização de complexos sistemas territoriais (BALÉE, 1994; POSEY, 1985; CLEMENT, 1999; HECKENBERGER et al., 2003; NEVES, 2013; LEVIS et al., 2017). Tal revisão conceitual reorienta o papel desses povos: longe de serem simples moradores, eles são agentes históricos na formação de ecossistemas cuja relevância transcende a escala regional rumo à estabilização climática global.

Mais do que reescrever o passado da região, essas descobertas abalam um dos pilares do pensamento ocidental: a separação definitiva entre humanidade e meio ambiente. Ao mostrarem que as comunidades indígenas criaram dinâmicas próprias de vida e manejo, as pesquisas dialogam diretamente com críticas a nossa própria visão de mundo. Philippe Descola (2005; 2023), por exemplo, demonstra que essa divisão entre cultura e natureza é uma construção recente da modernidade, e não uma regra universal. Na mesma linha, Tim Ingold (2000) propõe que o ambiente nasce da relação contínua e viva entre humanos e não humanos,

enquanto Bruno Latour (1994) questiona a própria existência de uma natureza isolada da sociedade. Pensando a partir desses encontros, Arturo Escobar (2008; 2018) aponta para as chamadas ontologias relacionais, onde terra, cultura e vida coletiva caminham juntas de forma indissociável. Compreende-se assim, que as terras indígenas são muito mais do que barreiras de proteção ecológica; elas são reflexo vivo de maneiras únicas de produzir conhecimento, habitar e sentir o mundo.

No entanto, essa riqueza cosmológica e histórica ainda encontra barreiras para ser plenamente absorvida pelos modelos tradicionais de governança climática². Na maior parte das vezes, os debates especializados e os relatórios oficiais enxergam esses territórios apenas pelos dados práticos que entregam, tais como a floresta em pé, o carbono estocado ou a biodiversidade protegida. Sob essa lente técnica, o papel das comunidades é reduzido ao de meros guardiões de serviços ecossistêmicos³ ou ferramentas de mitigação da crise global (Garnett et al., 2018; FAO, 2021; IPCC, 2023). Por mais que essas métricas sejam urgentes e fundamentais para embasar políticas públicas e acordos internacionais, focar apenas nos resultados ecológicos acaba silenciando o mais importante. Deixa-se de lado as lógicas territoriais, políticas e espirituais que os povos originários exercem no cotidiano e que são, fundamentalmente, as verdadeiras razões pelas quais a floresta continua viva.

É justamente para unir o que a burocracia global insiste em separar que esta pesquisa se constrói. Longe de se isolar em uma única caixinha acadêmica, o estudo propõe fazer um diálogo entre as Relações Internacionais, a História Ambiental, a Arqueologia e a Antropologia, com foco nos saberes decoloniais⁴, contracoloniais⁵ e indígenas. O objetivo é repensar a própria governança climática, para que ela deixe de ser vista apenas como um emaranhado de tratados ou diplomatas em salas fechadas, e passe a ser compreendida como um campo vivo de disputa, onde diferentes formas de entender a terra, a vida e o futuro colidem. Para isso, torna-se fundamental integrar vozes que a literatura tradicional de Relações Internacionais raramente reúne. Articulam-se assim, os olhares institucionais e históricos de Biermann, Pattberg (2008) e Chakrabarty (2009) às provocações de Quijano (2005) e Escobar (2028), colocando-os em

² Governança climática corresponde aos esforços combinados de regimes internacionais e transnacionais voltados a governar, sem uma autoridade soberana central, relações e fenômenos biofísicos que transcendem as fronteiras nacionais (Biermann e Pattberg, 2008).

³ Serviços ecossistêmicos refere-se aos benefícios diretos e indiretos que os seres humanos obtêm a partir das funções, processos e características dos ecossistemas naturais (Constanza, 1997)

⁴ Decolonial refere-se a um movimento teórico, político e epistemológico que busca transcender a herança do colonialismo (Quijano, 2005).

⁵ Contracolonial é a continuidade histórica, territorial, cosmológica e política dos modos de vida dos povos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, que preservam formas próprias de produzir a vida e de se relacionar com a Terra, recusando a lógica colonial de dominação, mercantilização e separação entre humanidade e natureza (Santos, 2023).

diálogo direto com a sabedoria de Ailton Krenak (2019), Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), e Antônio Bispo dos Santos (2023). Mais do que uma escolha teórica, essa integração é um esforço para humanizar a política global a partir de quem sempre soube habitar o mundo.

Essa abordagem ganha relevância nas Relações Internacionais por evidenciar um ponto cego na própria disciplina. Embora o campo tenha aberto espaço para as pautas de governança ambiental e da justiça climática (OKEREKE, 2010; BIERMANN, 2021), os povos indígenas ainda costumam ser reduzidos às categorias limitadas de executores locais de políticas externas, ou de populações vulneráveis e passivas diante do colapso do clima. Raros são os estudos que tratam os sistemas de conhecimento originários como matrizes de pensamento político, capazes de renovar e oxigenar as bases teóricas da área. Ao propor esse deslocamento, esta pesquisa soma-se aos debates contemporâneos sobre a pluralidade do saber, questionando os limites impostos pela lógica moderno-colonial na maneira como se pensa o território, a governança e o destino do planeta.

Nesse panorama, o Território Indígena do Xingu surge como o cenário onde esse debate ganha corpo e realidade. A escolha dessa região como estudo de caso se fundamenta em seu peso histórico, político e ambiental. Lar de uma expressiva diversidade étnica e sociocultural, o Xingu representa uma das experiências mais emblemáticas de proteção territorial no Brasil, com um impacto nítido na preservação florestal e no equilíbrio do clima global. Debruçar-se sobre esse cenário permitirá colocar a hipótese deste estudo à prova diante de uma realidade concreta. Assim, será investigado como as práticas cotidianas, os sistemas de conhecimento e os modelos de governança desenvolvidos por seus povos respondem aos desafios ecológicos atuais, mostrando caminhos possíveis para repensar a própria política climática mundial.

Por fim, o alcance social e político desta pesquisa reside no fortalecimento do protagonismo dos povos originários frente à crise contemporânea. Mais do que reiterar o papel dessas populações como guardiãs da biodiversidade, propõe-se compreendê-las como sujeitos pensantes e produtoras de conhecimento, cujas formas de organização oferecem chaves indispensáveis para redesenhar os laços entre sociedade, natureza e desenvolvimento. Com essa virada de perspectiva, o estudo soma esforços para a consolidação de abordagens plurais no campo das Relações Internacionais, oferecendo novas lentes teóricas para compreender a complexidade dos desafios climáticos do século XXI.

Problemática e hipótese:

Apesar do crescente reconhecimento da importância dos territórios indígenas para a conservação da biodiversidade, do estoque de carbono e da manutenção de processos

ecológicos essenciais ao equilíbrio climático, esse reconhecimento permanece predominantemente fundamentado em indicadores biofísicos e em categorias técnico-institucionais construídas pela governança climática internacional (NEPSTAD et al., 2006; GARNETT et al., 2018; IPCC, 2023). Embora tais evidências tenham ampliado a presença dos povos indígenas nos debates ambientais globais, elas pouco contribuem para compreender as racionalidades territoriais, cosmológicas e políticas que tornam possíveis esses resultados ecológicos. Como consequência, os conhecimentos indígenas tendem a ser incorporados como instrumentos auxiliares das políticas climáticas, permanecendo à margem da produção teórica sobre governança e das principais formulações das Relações Internacionais (BIERMANN; PATTERBERG, 2008; OKEREKE, 2010; BIERMANN, 2021).

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa. Parte-se da compreensão de que a principal lacuna não reside na ausência de evidências acerca da relevância ambiental dos territórios indígenas, amplamente demonstrada pela literatura especializada, mas na limitada capacidade das Relações Internacionais de reconhecê-los como espaços de produção de conhecimento e como referências legítimas para pensar a própria governança climática global. Tal limitação decorre da permanência de pressupostos epistemológicos associados à racionalidade moderno-colonial, que privilegia categorias como Estado, soberania, desenvolvimento e gestão ambiental, restringindo o reconhecimento de outras formas de compreender as relações entre território, natureza e vida coletiva (AGNEW, 1994; QUIJANO, 2005; ESCOBAR, 2018).

Diante dessa lacuna, a pesquisa busca responder à seguinte questão: de que maneira os territórios indígenas podem ampliar a compreensão da governança climática global e quais são os limites epistemológicos das Relações Internacionais para reconhecer os saberes originários como matrizes legítimas de pensamento sobre território, natureza e clima?

A hipótese que orienta esta investigação sustenta que a contribuição dos territórios indígenas para a estabilidade climática não decorre da adoção deliberada de estratégias voltadas à mitigação das mudanças climáticas, mas da continuidade histórica de modos de vida fundamentados em relações de reciprocidade, interdependência e coexistência entre humanos e não humanos. Nessa perspectiva, a conservação florestal, a proteção da biodiversidade e a manutenção dos estoques de carbono constituem consequências da reprodução de racionalidades territoriais próprias, e não objetivos definidos a partir das categorias da governança ambiental contemporânea (BALÉE, 1994; POSEY, 1985; DESCOLA, 2013; INGOLD, 2000; KOPENAWA; ALBERT, 2015; KRENAK, 2019; SANTOS, 2023).

Sustenta-se, ainda, que a literatura dominante das Relações Internacionais, embora tenha

incorporado progressivamente os resultados ambientais produzidos pelos territórios indígenas, continua interpretando essa contribuição por meio de categorias instrumentais, como serviços ecossistêmicos, adaptação e mitigação, sem reconhecer plenamente os sistemas de conhecimento que lhes dão sustentação (BIERMANN; PATTBERG, 2008; OKEREKE, 2010; BIERMANN, 2021). Essa incorporação parcial mantém invisibilizadas as dimensões ontológicas, cosmológicas e políticas presentes nas formas indígenas de habitar e governar o território, reproduzindo hierarquias epistêmicas características da modernidade colonial (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2011; WALSH, 2009).

Por essa razão, parte-se da hipótese de que as perspectivas decoloniais, contracoloniais e o pensamento indígena oferecem referenciais teóricos capazes de ampliar a compreensão da governança climática global, deslocando o foco exclusivo dos resultados ecológicos para as racionalidades que os produzem (ESCOBAR, 2018; KRENAK, 2019; KOPENAWA; ALBERT, 2015; SANTOS, 2023). Nesse sentido, o estudo de caso do Território Indígena do Xingu permitirá analisar empiricamente como formas próprias de organização territorial, práticas de manejo, cosmologias e sistemas de conhecimento contribuem para a manutenção de processos ecológicos fundamentais e, simultaneamente, evidenciam os limites epistemológicos das Relações Internacionais para compreender essa contribuição.

Objetivos:

Objetivo Geral: Analisar de que maneira os territórios indígenas podem expandir a compreensão sobre governança climática global, investigando os limites epistemológicos das Relações Internacionais para reconhecer os saberes originários como matrizes legítimas de pensamento sobre território, natureza e clima.

Objetivos Específicos:

1. Mapear as abordagens hegemônicas da disciplina, a partir do rastreo da evolução da governança ambiental internacional e das principais leituras produzidas pelas Relações Internacionais sobre a crise climática, identificando lacunas e resistências na incorporação de perspectivas decoloniais, contracoloniais e indígenas.
2. examinar, a partir dos aportes da arqueologia, ecologia histórica, antropologia e do pensamento indígena, como os povos originários participaram da modelagem histórica das paisagens sul-americanas, desafiando as concepções modernas de território e desenvolvimento.

3. Investigar, por meio do estudo de caso no Território Indígena do Xingu, como os modelos de governança, dinâmicas de territorialização e práticas de manejo desenvolvidos localmente atuam na manutenção de processos ecológicos vitais para o equilíbrio do clima.
4. Discutir em que medida o acolhimento das racionalidades indígenas pode alargar os fundamentos teóricos da governança climática e das Relações Internacionais, fornecendo subsídios para a compreensão dos conflitos territoriais e ambientais contemporâneos.

Fundamentação Teórica e Bibliográfica

1. A Crise Climática como Crise Civilizatória

A intensificação das mudanças climáticas consolidou a questão ambiental como um dos principais eixos da agenda internacional contemporânea, deslocando-a de uma preocupação predominantemente ecológica para um vetor central das relações políticas, econômicas e sociais em escala global (VIOLA; FRANCHINI, 2018). Desde a década de 1970, marcos históricos como a Conferência de Estocolmo (1972), a publicação do Relatório Brundtland (1987), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015) estruturaram um complexo e progressivamente policêntrico⁶ sistema de governança ambiental global (BIERMANN; PATTERBERG, 2008).

Nesse panorama, a literatura de Relações Internacionais passou a dedicar crescente atenção aos regimes internacionais e à cooperação em múltiplas escalas, compreendendo o colapso climático como um desafio de ação coletiva cuja solução depende da coordenação entre Estados, organizações multilaterais, comunidades científicas e sociedade civil (BIERMANN, 2021). Paralelamente, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) consolidou sua autoridade científica ao demonstrar, com elevado grau de confiança, a origem antropogênica do aquecimento global, definindo categorias como mitigação, adaptação, resiliência e serviços ecossistêmicos para orientar as políticas climáticas globais (IPCC, 2023).

Embora esse processo represente um avanço incontestável na institucionalização da

⁶ Policêntrico Descreve arranjos institucionais onde o poder e a tomada de decisão estão distribuídos entre várias autoridades autônomas que interagem sob conjuntos gerais de regras, em vez de uma única autoridade central (Ostrom *et al*, 1961).

agenda multilateral, emergiram interpretações críticas que questionam os pressupostos históricos e epistemológicos dessa gestão tecnocrática. Um marco inicial desse dissenso teórico foi a proposição do conceito de Antropoceno⁷ por Paul Crutzen (2002), ao sustentar que as atividades humanas adquiriram a magnitude de uma força geológica capaz de alterar o funcionamento do Sistema Terra. Contudo, autores como Dipesh Chakrabarty (2009) observam que, embora o termo evidencie a escala planetária da crise, o uso da categoria humanidade como sujeito universal tende a diluir responsabilidades historicamente desiguais, obscurecendo assimetrias políticas e econômicas estruturais na produção da degradação ambiental.

Em diálogo com essa crítica, Jason Moore (2015) propõe a substituição da noção de Antropoceno pela de Capitaloceno⁸, argumentando que a crise ecológica contemporânea não resulta de uma ação humana abstrata, mas sim da consolidação histórica de um sistema fundado na expansão ilimitada da acumulação de capital, na mercantilização da natureza e na exploração colonial do trabalho e dos ecossistemas. Andreas Malm (2016) reforça essa interpretação ao demonstrar que a transição para os combustíveis fósseis durante a Revolução Industrial não constituiu uma consequência inevitável do progresso tecnológico, mas sim uma decisão política e econômica intrinsecamente vinculada aos interesses do capitalismo industrial.

2. A Produção Histórica das Paisagens e as Ontologias Relacionais

Se os debates sobre o Capitaloceno contribuíram para historicizar a crise climática a partir da trajetória industrial ocidental, a arqueologia, a ecologia histórica e a antropologia evidenciam que essa contextualização histórica permanece incompleta quando desconsidera os processos de longa duração que caracterizaram a ocupação indígena das Américas. Nas últimas décadas, um conjunto expressivo de pesquisas passou a refutar a narrativa colonial de que os europeus teriam encontrado na Amazônia uma floresta essencialmente primitiva e intocada. Em seu lugar, consolidou-se a compreensão de que os ecossistemas contemporâneos constituem o resultado de milênios de interação contínua entre as populações originárias e seus territórios (BALÉE, 1994; POSEY, 1985; CLEMENT, 1999; HECKENBERGER et al., 2003; NEVES, 2013; LEVIS et al., 2017).

De acordo com William Balée (1994), um dos principais formuladores da ecologia histórica, grande parte da composição florística amazônica resulta de práticas continuadas de

⁷ Antropoceno pode ser definido como a época geológica em que a ação humana se tornou uma força capaz de modificar o funcionamento do Sistema Terra em escala global, alterando processos climáticos, ecológicos, geológicos e biogeoquímicos de maneira sem precedentes (Crutzen, 2002).

⁸ Capitaloceno sustenta que a degradação ambiental é resultado de um sistema histórico específico: o capitalismo (Moore, 2015).

manejo, evidenciando que biodiversidade e história humana são dimensões inseparáveis. Exemplo disso é o estudo de Darrell Posey (1985) com os Kayapó, o qual comprovou que os conhecimentos indígenas sobre solos e ciclos ecológicos formam sistemas altamente sofisticados de classificação e manejo que superam abordagens meramente utilitaristas.

Somando-se a essa perspectiva, Charles Clement (1999) demonstra que inúmeras espécies vegetais atualmente consideradas silvestres passaram por processos históricos de domesticação que modificaram p. 925, tradução minha) sua distribuição geográfica e favoreceram a diversidade biológica. Ecoando esses achados, Carolina Levis et al. (2017) ressaltam o impacto dessa herança cumulativa. De acordo com Levis et al (2017, tradução minha), “nossas análises indicam que as comunidades arbóreas modernas na Amazônia são estruturadas, em grande medida, por uma longa história de domesticação de plantas pelos povos amazônicos.”

Essa revisão encontra profundo respaldo nas investigações arqueológicas de Eduardo Góes Neves (2013) e Michael Heckenberger et al. (2003), que, ao identificarem extensas áreas de solos antropogênicos (terras pretas de índio), sistemas de estradas e estruturas hidráulicas, demonstram a presença histórica de sociedades altamente organizadas, capazes de transformar ativamente o meio sem produzir degradação. Como observa Heckenberger et al. (2003), o Alto Xingu constitui um dos exemplos mais expressivos dessa engenharia territorial, provando que formas complexas de organização política e manejo florestal coexistiram secularmente com elevados níveis de conservação ecológica. Aquilo que a governança climática internacional identifica como serviços ecossistêmicos revela-se, portanto, como a consequência histórica de modos específicos de habitar o território.

Essa virada historiográfica tensiona diretamente os pressupostos centrais da racionalidade moderna sobre a separação entre sociedade e natureza, os quais são uma construção ontológica peculiar da modernidade ocidental, ausente nas cosmologias indígenas (DESCOLA, 2013). Nessa perspectiva, o ambiente é compreendido não como um cenário externo e estático, mas como um campo gerado continuamente pelas relações práticas entre seres vivos (INGOLD, 2000). Como reiterado por Bruno Latour (1994) jamais fomos modernos precisamente, porque a pretensa separação radical entre natureza e política nunca se realizou na prática, dada a proliferação de híbridos sociotécnicos que conectam ambas as esferas. Eduardo Viveiros de Castro (2002; 2015) aproxima-se desse debate ao demonstrar que o perspectivismo ameríndio estrutura cosmologias onde humanos, animais e outros seres compartilham uma condição comum de sujeitos, diferenciando-se apenas pelas posições relacionais que ocupam. Consequentemente, para essas sociedades, a conservação ecológica não figura como uma política setorial isolada, mas sim como resultado intrínseco de suas próprias formas de

existência.

3. Colonialidade, Pluriverso e o Pensamento Indígena

O resgate dessas racionalidades territoriais alternativas conduz inevitavelmente às perspectivas decoloniais e contracoloniais, fundamentais para explicar as razões pelas quais tais sistemas de conhecimento permaneceram marginalizados pelas estruturas de poder dominantes. Segundo Aníbal Quijano (2005) a colonialidade do poder constitui a dimensão mais duradoura da experiência colonial, sobrevivendo ao fim das administrações formais por meio da hierarquização eurocêntrica do saber. Quijano (2005, p. 121, tradução minha) sinaliza que “reprimiram como puderam, [...] as formas de produção de conhecimento dos colonizadores, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade”.

Essa reflexão é expandida a partir da proposição de Walter D. Mignolo (2011), para ele há uma necessidade de desobediência epistêmica que reconheça e valide racionalidades historicamente subalternizadas pela expansão moderno-colonial. Em direção convergente, Catherine Walsh (2009) defende a interculturalidade crítica não como mera tolerância ou convivência superficial entre culturas, mas como um projeto político e epistemológico direcionado à refundação das estruturas institucionais que organizam a produção do saber.

Essa dimensão epistemológica e conceitual conecta-se às formulações de Arturo Escobar (2008; 2018), que argumenta que o enfrentamento da crise ecológica global demanda o reconhecimento do pluriverso — entendido como a coexistência de múltiplos mundos e formas legítimas de organizar a vida. Para o autor, as lutas territoriais dos povos tradicionais ultrapassam a dimensão jurídica, “Essa preocupação abrange a diferença no âmbito biológico (daí o possível interesse pela biodiversidade), a diferença epistêmica (colonialidade), a diferença cultural e a diferença ontológica, ou o pluriverso (ESCOBAR, 2018, p. 226 Edição do Kindle, tradução minha).

O desafio contemporâneo, portanto, não reside apenas em ampliar a participação formal das populações indígenas nos arranjos da governança internacional, mas em admitir que seus saberes constituem matrizes intelectuais aptas a alargar os próprios fundamentos das Relações Internacionais. Embora dialogue com os autores decoloniais, o pensamento indígena contemporâneo não se reduz a uma aplicação empírica dessas teorias acadêmicas, pois conforma um campo autônomo de elaboração teórica. Ailton Krenak (2019) interpreta a crise ecológica como reflexo direto de uma fratura civilizatória provocada pelo distanciamento entre a humanidade e a Terra. De acordo com ele “Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes

artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios” (KRENAK, 2019, p. 11. Edição do Kindle).

Essa percepção converge com as reflexões de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), que descrevem a floresta como um universo cósmico vivo, sustentado por redes de interdependência entre sujeitos humanos e não humanos, cuja destruição causaria o colapso dos pilares que sustentam a vida planetária. Conforme alerta Davi Kopenauwa:

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 7 Edição do Kindle).

Ao lado dessas formulações, Antônio Bispo dos Santos (2023) oferece uma das contribuições mais originais para o pensamento ecológico e territorial contemporâneo ao desenvolver a perspectiva contracolonial. Diferentemente das abordagens estritamente reativas ou analíticas sobre o colonialismo, o autor propõe compreender a existência coletiva a partir da categoria de confluência, que expressa a possibilidade de coexistência e enriquecimento mútuo entre diferentes modos de vida sem que um deles precise anular ou subordinar o outro. A confluência recusa explicitamente as lógicas coloniais de homogeneização e universalização, afirmando a legitimidade da diversidade orgânica na relação com a terra. Para Santos (2023, p, 55 Edição Kindle), "Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende".

Diante disso, compreende-se a importância de incorporar esse denso arcabouço intelectual indígena. Para além da prerrogativa de proteção e mitigação climática, esses conhecimentos constituem a expressão materializada de racionalidades de longa duração nas quais organização territorial, cosmologia, espiritualidade, produção de conhecimento e conservação ambiental compõem um mesmo sistema integrado e indissociável de relações.

4. A "Armadilha Territorial" e as Relações Internacionais

Essa compreensão multidimensional desafia as premissas geográficas tradicionais das Relações Internacionais, como disciplina, a qual foi construída sob a influência da armadilha territorial (*territorial trap*), isto é, pela propensão analítica de interpretar o espaço exclusivamente através da soberania estatal. Essa perspectiva reduziu as ricas dinâmicas de

territorialização existentes no sistema global, impondo limites epistemológicos para a validação de lógicas não estatais (AGNEW, 1994). Nas palavras de Agnew (1994, p. 53, tradução minha) “a teoria das Relações Internacionais baseia-se em pressupostos geográficos que naturalizam o Estado soberano como um contêiner fixo do poder social e da história”.

Em contrapartida, ao dialogar com Claude Raffestin (1993), Robert Sack (1986) e Arturo Escobar (2018), esta investigação adota uma compreensão ampliada de território, concebendo-o como o resultado contínuo de relações históricas, políticas, simbólicas e cosmológicas produzidas pelas coletividades que o habitam. Os territórios indígenas ultrapassam, assim, a condição de meras demarcações jurídicas chanceladas pelo Estado-nação; configuram espaços autônomos de reprodução cultural e de manutenção de processos ecológicos cuja relevância transcende a escala local e regional para atuar diretamente na estabilização climática global. Esse deslocamento analítico permite enfrentar a armadilha territorial (AGNEW, 1994) e explicita um dos principais limites epistemológicos das Relações Internacionais: a dificuldade de reconhecer formas de territorialidade que não se estruturam prioritariamente em torno do Estado, mas de racionalidades relacionais nas quais território, natureza, cosmologia e organização política constituem dimensões indissociáveis.

À luz desse referencial teórico, sustenta-se que a literatura de governança climática avançou ao reconhecer o impacto físico positivo dessas áreas protegidas (NEPSTAD et al., 2006; GARNETT et al., 2018; IPCC, 2023). Contudo, esse endosso permanece condicionado às categorias instrumentais da modernidade ocidental como estocagem de carbono ou serviços ecossistêmicos incorporando de forma marginal os sistemas de conhecimento originários que tornam esses resultados físicos possíveis.

É precisamente nessa lacuna epistemológica que a presente pesquisa se insere. Ao articular as descobertas da história ambiental, da arqueologia, da ecologia histórica e da antropologia às vertentes decoloniais, contracoloniais e originárias, busca-se demonstrar, por meio do estudo de caso do Território Indígena do Xingu, que expandir a governança climática global exige não apenas o reconhecimento dos ativos ecológicos das terras indígenas, mas a inclusão efetiva de suas racionalidades como matrizes legítimas de produção de conhecimento no campo das Relações Internacionais.

Metodologia:

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico-interpretativo, fundamentada na compreensão de que a produção do conhecimento

não constitui um procedimento neutro, mas um processo atravessado por escolhas ontológicas, epistemológicas e políticas. Nessa perspectiva, a metodologia não se restringe à descrição de técnicas, mas corresponde ao conjunto de pressupostos que orientam a construção do objeto, a seleção das fontes e a interpretação dos resultados. Conforme argumentam Magalhães e Siqueira (2018), toda escolha metodológica implica uma forma específica de compreender a realidade e de intervir sobre ela, razão pela qual teoria, método e posicionamento epistemológico constituem dimensões indissociáveis da pesquisa científica. Essa compreensão torna-se altamente relevante no campo das Relações Internacionais, cujos debates recentes têm enfatizado a necessidade de maior abertura à pluralidade epistemológica, à transdisciplinaridade e ao reconhecimento de formas alternativas de produção do conhecimento, especialmente diante das contribuições dos estudos decoloniais e pós-coloniais (MAGALHÃES; SIQUEIRA, 2018; SIQUEIRA, 2021).

A opção por uma abordagem qualitativa decorre da própria natureza da problemática. Considerando que o objetivo deste estudo consiste em compreender como os territórios indígenas ampliam a governança climática e por que essa contribuição permanece marginalizada nas Relações Internacionais, a investigação exige uma perspectiva metodológica capaz de interpretar significados, categorias e disputas epistemológicas, em vez de estabelecer relações causais ou generalizações estatísticas. Como observam Denzin e Lincoln (2018), a pesquisa qualitativa dedica-se à interpretação dos fenômenos em seus contextos sociais e culturais, buscando extrair os significados produzidos pelos diferentes sujeitos, instituições e formas de conhecimento. De maneira semelhante, Creswell e Poth (2018) afirmam que essa abordagem permite explorar fenômenos complexos a partir da multiplicidade de perspectivas que os constituem, aspecto pertinente para uma investigação que dialoga com diferentes racionalidades acerca do território, da natureza e do clima.

Nesse sentido, a adoção de uma perspectiva decolonial e contracolonial constitui o fundamento epistemológico de toda a investigação. Conforme argumenta Linda Tuhiwai Smith (2021), as metodologias decoloniais partem do reconhecimento de que a produção do conhecimento esteve historicamente vinculada às estruturas de poder da modernidade colonial, tornando necessário questionar os pressupostos que definem quais saberes são considerados legítimos e quais experiências permanecem invisibilizadas. Sob essa ótica, a pesquisa procura deslocar o debate climático da esfera predominantemente tecnocrática e institucional para compreender os territórios indígenas como expressões de racionalidades territoriais, cosmológicas e políticas que desafiam as categorias tradicionalmente mobilizadas pelas Relações Internacionais, tais como Estado, soberania, desenvolvimento e natureza.

Para viabilizar essa proposta, o estudo articula pesquisa bibliográfica e documental por meio de uma estratégia analítico-interpretativa de caráter comparativo. A pesquisa bibliográfica constitui o eixo central da investigação, permitindo estabelecer um diálogo transdisciplinar entre Relações Internacionais, ecologia política⁹, geografia crítica, estudos decoloniais, contracolonialidade e o pensamento indígena (MAGALHÃES; SIQUEIRA, 2018). Complementarmente, a pesquisa documental debruça-se sobre relatórios de organismos nacionais e internacionais, tais como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), além de dados cartográficos e técnicos produzidos pelo Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e MapBiomas. Esses documentos serão utilizados para compreender a relação intrínseca entre formas específicas de organização territorial e a manutenção dos equilíbrios ecológicos.

A execução desses procedimentos metodológicos divide-se em quatro etapas interdependentes, desenhadas para responder diretamente aos objetivos específicos do estudo. A primeira delas foca no mapeamento teórico da disciplina, dedicando-se a rastrear a evolução da governança ambiental internacional e das principais interpretações produzidas pelas Relações Internacionais sobre a crise climática. Por meio de uma revisão bibliográfica crítica, busca-se identificar os avanços institucionais da área e cartografar as barreiras conceituais que limitam ou resistem à incorporação de perspectivas decoloniais, contracoloniais e indígenas nos fóruns oficiais.

A segunda etapa assume um caráter de desconstrução histórico-conceitual, focando em examinar, sob a luz da ecologia histórica, da arqueologia, da antropologia e do pensamento indígena, como os povos originários participaram ativamente da modelagem das paisagens. O objetivo analítico nesta fase é demonstrar como as dinâmicas seculares de manejo e domesticação da floresta desafiam as premissas ocidentais de uma "natureza intocada", bem como as próprias noções modernas de território e desenvolvimento.

Em seguida, a terceira etapa concentra-se no estudo de caso empírico no Território Indígena do Xingu, cenário escolhido para colocar as hipóteses da pesquisa à prova diante de uma realidade concreta. Nesta fase, cruzam-se a literatura especializada com as fontes

⁹ Ecologia política pode ser definida como o campo interdisciplinar que analisa como as relações de poder, os modelos econômicos, os processos históricos e as disputas territoriais moldam as interações entre sociedade e natureza, demonstrando que a crise ambiental é inseparável das desigualdades sociais, políticas e econômicas (Martínez-Alier, 2007).

documentais e cartográficas regionais, investigando de que maneira os modelos locais de governança, as dinâmicas de territorialização e os sistemas de saberes compartilhados entre os povos do Xingu atuam na manutenção prática de processos ecológicos essenciais para o equilíbrio do clima global.

Por fim, a quarta etapa destina-se à síntese epistemológica e propositiva, cuja meta é articular os achados do estudo de caso com o debate contemporâneo das Relações Internacionais. Busca-se discutir em que medida o efetivo acolhimento das racionalidades indígenas pode alargar os fundamentos teóricos da disciplina, oferecendo subsídios teóricos e políticos capazes de superar as lacunas modernas e coloniais na compreensão dos conflitos territoriais e climáticos contemporâneos.

Cronograma:

ATIVIDADES	1/2027	2/2027	1/2028	2/2028
Revisão bibliográfica e aprofundamento teórico.	X			
Análise 1- Diferentes concepções de território na tradição ocidental moderna e nas cosmologias indígenas.	X			
Análise 2- Contribuição dos territórios indígenas para a conservação ambiental.		X		
Análise 3- Lacunas teóricas e epistemológicas nas Relações Internacionais para compreender os conflitos territoriais e climáticos contemporâneos.		X		
Organização e codificação dos dados.		X		
Redação dos capítulos de análise e discussão teórica			X	
Escrita da conclusão e revisão geral da dissertação			X	
Qualificação			X	

Defesa da dissertação				X
-----------------------	--	--	--	---

Referências Bibliográficas:

AGNEW, John. The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994.

BALÉE, William. **Footprints of the Forest: Ka'apor ethnobotany and the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people**. New York: Columbia University Press, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIERMANN, Frank. The future of global environmental politics. In: KERN, Kristine; BULKELEY, Harriet (org.). *Transnational governance and climate change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 45-62.

BIERMANN, Frank; PATTERBERG, Philipp. Global environmental governance: taking stock and moving forward. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 33, p. 277-294, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

CLEMENT, Charles R. 1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. Relation between domestication and diffusion. *Economic Botany*, v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999.

COSTANZA, Robert *et al.* The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, v. 387, n. 6630, p. 253-260, 1997.

CRESWELL, John W.; POTTS, Cheryl N. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 6867, p. 23, 2002.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **The SAGE handbook of qualitative research**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

DESCOLA, Philippe. **Beyond nature and culture**. Tradução de Janet Lloyd. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

GARNETT, Stephen T. *et al.* A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. *Nature Sustainability*, v. 1, n. 7, p. 369-374, 2018.

HECKENBERGER, Michael J. *et al.* Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland? *Science*, v. 301, n. 5640, p. 1710-1714, 2003.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva: IPCC, 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEVIS, Carolina *et al.* Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science*, v. 355, n. 6328, p. 925-931, 2017.

MAGALHÃES, Bruno; SIQUEIRA, Isabel Rocha de. Introdução: metodologia como ação política. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de *et al.* (org.). *Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018. p. 11-28.

MALM, Andreas. **Fossil capital: the rise of steam power and the roots of global warming**. London: Verso Books, 2016.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MCCLUSKEY, Emma. Analisando novos espaços de (in)segurança: reflexões de uma etnografia sobre reassentamento de refugiados na Suécia. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de *et al.* (org.). *Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018. p. 145-172.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options**. Durham: Duke University Press, 2011.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital**. London: Verso Books, 2015.

NEPSTAD, Daniel *et al.* Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. *Conservation Biology*, v. 20, n. 1, p. 65-73, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. ¿El Amazonas fue selva virgen? Arqueología de la selva tropical. *Chungará (Arica)*, v. 45, n. 2, p. 363-366, 2013.

OKEREKE, Chukwumerije. Climate justice and the international regime. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, v. 1, n. 3, p. 462-474, 2010.

OSTROM, Vincent; TIEBOUT, Charles M.; WARREN, Robert. The organization of government in metropolitan areas: a theoretical inquiry. *The American Political Science Review*, v. 55, n. 4, p. 831-842, 1961.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POSEY, Darrell Addison. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó Indians of the Brazilian Amazon. *Agroecosystems*, v. 3, n. 2, p. 139-158, 1985.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Thiago; KALIL FILHO, Marcos. **Discursos, verdade e linguagem: indicações metodológicas para as Relações Internacionais**. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de *et al.* (org.). *Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018. p. 57-84.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SIQUEIRA, Isabel Rocha de; MAGALHÃES, Bruno; CASTELO-BRANCO, Tatiana; GRANDA, Sebastián (org.). **Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos**. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and Indigenous peoples**. 3. ed. London: Zed Books, 2021.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. **A mudança climática e a política global**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial**. In: WALSH, Catherine (org.). **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009. p. 75-96.